

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA
Gabinete do Vereador Alan Queiroz

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Propositura: Projeto de lei nº 3493/2017

Autoria: Vereador Edésio Fernandes

Relator: Vereador Alan Queiroz

Parecer do Relator

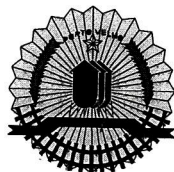
Senhor Presidente,

O Projeto de Lei 3493/2017 dispõe sobre a criação do programa planta popular para população carente do município de Porto Velho.

De acordo com o art. 65, §1º, IV e V da Lei Orgânica é competência privativa de o Prefeito elaborar leis que disponham sobre atribuições das Secretarias e Órgãos da Administração Pública Municipal e sobre as propostas orçamentárias.

Art. 65, §1º - são de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Publica Municipal;(grifo nosso)



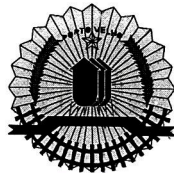
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA
Gabinete do Vereador Alan Queiroz

V- propostas de orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias;

O presente projeto encontra-se no rol de matérias privativas do Prefeito e eventual posterior sanção não supre vício de inconstitucionalidade forma do projeto, conforme entendimento do Supremo Tribunal.

Neste entendimento, TJ/SC entendeu no mesmo sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL IMPUGNADA EM FACE DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL. LEI N. 4.184/01, DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, QUE VERSA SOBRE ENVASAMENTO, TRANSPORTE URBANO E INSTALAÇÕES CENTRALIZADAS DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP). LEI PROPOSTA PELO **PODER** LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO. CRIAÇÃO DE NOVAS ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FISCALIZAÇÃO, IMPOSIÇÃO DE **SANÇÕES** E AUMENTO DE DESPESAS. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SIMETRIA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL. OFENSA AO ARTIGO 50, § 2º, VI, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VÍCIO DE ORIGEM EVIDENCIADO. NÃO CONVALIDAÇÃO PELA **SANÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO**. AÇÃO PROCEDENTE. Lei Municipal, de iniciativa do **Poder** Legislativo, que cria atribuições de fiscalização e imposição de **sanções** pelos órgãos da administração pública, usurpa competência conferida privativamente ao **chefe do Poder Executivo** (art. 31, Parágrafo único, II, c, da Lei Orgânica do Município de Criciúma, em simetria com os arts. 50, § 2º, VI, da Constituição Estadual e 61, § 1º, II, b, da Constituição Federal), razão pela qual, incide em inconstitucionalidade formal. **A sanção pelo Prefeito não convalida diploma legal que padece de vício de iniciativa, uma vez que o Poder Executivo não pode abdicar das suas prerrogativas constitucionais. (grifo nosso)**



Diretoria Legislativa


Fls. 38

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA
Gabinete do Vereador Alan Queiroz

Diante o exposto, o voto é pela permanência do veto do executivo municipal quanto ao projeto de lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2017.



Alan Queiroz
Vereador - PSDB